



*Boletín Colaborativo Amassuru - GENSAC-
SEHLAC: Mujeres y Armas de Fuego: Acceso,
Uso y Perspectivas de Control en América
Latina en espacios públicos y privados*

2025

PUBLICACIÓN

ARMAS, GÊNERO E PODER: Foucault e os Impactos Sociais da Indústria Bélica

Autora: João Vitor Mercês Alves [1]

Organizan:



RESUMO

Este artigo utiliza a teoria da 'insegurança e risco' de Michel Foucault para analisar a sociedade armamentista no contexto neoliberal. A pesquisa explora a relação entre o Estado neoliberal e a indústria bélica, destacando como a racionalidade econômica é transformada em um princípio de governança. Com base nas ideias de Foucault sobre governamentalidade, o estudo analisa o financiamento estatal da indústria bélica e suas implicações para a segurança e o controle social. Além disso, são discutidos os impactos do comércio de armas na sociedade civil, incluindo o aumento da violência, a perpetuação de desigualdades de gênero e a militarização da sociedade. O artigo conclui que a proliferação de armas reforça ciclos de violência e controle, evidenciando a necessidade de políticas públicas que priorizem o bem-estar coletivo em detrimento dos interesses da indústria bélica.

PALAVRAS-CHAVE: Risco; Foucault; Neoliberalismo; Comércio de armas; Indústria bélica.

ABSTRACT

This article utilizes the theory of 'insurance and risk' of Michel Foucault to analyze the armamentalist society in the neoliberal context. The research explores the relationship between the neoliberal State and the defense industry, highlighting how economic rationality it's transformed into a governance principle. Based on Foucault's ideas about governmentality, the study analyzes the state financing of arms industry and the implications for security and social control. Furthermore, it discusses the arms trade impact in civil society, including the rise on violence, the perpetuation of gender inequality and militarization of society. The article concludes that the proliferation of arms reinforces cycles of violence and control, highlighting the necessity of public politics that prioritize the collective welfare in detriment of the arms industry interests.

KEYWORDS: Risk; Foucault; Neoliberalism; Arms trade; Arms Industry.

[1] João Vitor Mercês Alves é graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Ativista em desarmamento humanitário, integra a organização Dhesarme: Ação Brasileira pelo Desarmamento Humanitário. Dedicar-se ao estudo das Ciências Políticas e Internacionais, com foco em segurança internacional e comércio internacional de armas.



INTRODUÇÃO

Hodiernamente, a venda de armas fortemente influenciada pela indústria armamentista, e estimulada pelo Estado como a venda de um bem comum para fins da individualização dos problemas públicos se torna uma tendência no período neoliberal do século XXI. Para compreender essa dinâmica se faz necessário o estudo do biopoder e da interação do indivíduo nessa sociedade neoliberal.

Primeiramente, para alcançar o nosso objetivo, será preciso compreender a reestruturação do pensamento neoliberal utilizando bases históricas, mudança nas produções de capital e o desconjuntamento de políticas de Estado para uma estrutura mínima de bem-estar e de Laissez-faire[1] no âmbito econômico. Assim como a compreensão dos mecanismos de governamentalidade e o conceito de risco, partindo da origem do neoliberalismo, serão expostas as premissas e bases dessa teoria para o pensamento de Michel Foucault[2] utilizando a transformação do poder para a disciplina como exercício da governamentalidade no processo de mudança do Estado para o neoliberalismo e qual a relação que existe com a indústria bélica assim como as ferramentas do Estado que tornam possível a relação entre indústria armamentista e sociedade um viés econômico viável.

Segundamente colocar em análise o impacto internacional e a relação de dominação-submissão que existe dentro do mercado de armas entre os países centrais e de periferias, destacando como a indústria de defesa bem estabelecida em países centrais cria problemas internos em países periféricos que não contam com um complexo industrial bélico necessário para suprir suas necessidades nacionais e são dirigidos por um discurso de segurança, gerando controle no mercado de armas e aplicando as lógicas de Foucault a nível internacional.

Em seguida, vamos abordar alguns problemas que esse comércio de armas podem gerar na nossa sociedade fazendo três análises, em primeira análise realizando um estudo fazendo uma crítica a gastos em defesa, mesmo com urgente necessidade econômicas colocando o Estado e esses seus gastos na lógica do seguro e do risco, em segunda análise mostrando a nível internacional como o comércio de armas impacta conflitos e as suas consequências

[1] Tradução do francês para “deixar fazer” é uma filosofia de estilo econômico

[2] Michel Foucault foi um filósofo, historiador e teórico social francês, ele trabalhou em torno de conceitos como estruturas do poder, o saber e controle da sociedade. O autor elabora em temas como disciplina, biopolítica e a relação entre o poder e o conhecimento.

humanitárias e em terceira análise mostrar que armas e gênero se conectam funcionando como símbolo de poder e ferramenta fomentadora para o feminicídio.

Com essa pesquisa será possível compreender os mecanismos na sociedade que facilitaram a venda de armas no período neoliberal e quais as consequências de fato essa comercialização acarreta na realidade. Ao investigar as interações entre o Estado, a indústria armamentista e a sociedade, será possível revelar como políticas de desregulamentação, juntamente com a promoção do individualismo e da segurança privada, contribuíram para naturalizar a comercialização de armas como uma solução legítima para problemas públicos. Além disso, a pesquisa permitirá identificar as consequências dessa prática, que vão desde o aumento da violência e a perpetuação de desigualdades de gênero até a distorção das prioridades governamentais, que passam a focar na militarização e no controle social em detrimento de políticas públicas voltadas para o bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

Este presente estudo adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, visando a análise dos impactos sociais da proliferação desregulamentada de armas no mundo e especialmente na América Latina dando atenção à análise em algumas seções ao Brasil. A pesquisa teve como base livros e estudos de Michel Foucault, utilizando suas bases teóricas pós-estruturalistas aplicadas no contexto contemporâneo neoliberal e relacionando sua lógica ao comércio de armas e a relação internacional e nacional entre esse mercado e a ligação política criada pela indústria de defesa com o Estado moderno. Foi se baseado também a pesquisa em uma base documental, utilizando fontes primárias como relatórios da Organização das Nações Unidas, documentos oficiais emitidos por diversos órgãos oficiais do governo brasileiro como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e o uso de dados e relatórios de sociedades civis como do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

Os dados quantitativos foram obtidos por meio de diversos relatórios internacionais, como o Small Arms Survey, Global Burden of Armed Violence e SIPRI Yearbook, enquanto os dados qualitativos foram extraídos de vários documentos oficiais e artigos acadêmicos. A análise destes conteúdos foi utilizada como método principal, com categorização temática e interpretação crítica destes presentes dados.

Além disso, foram realizadas consultas a bases de dados públicos, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a lei de acesso à informação brasileira e dados públicos da Polícia Federal, para obter informações atualizadas sobre a violência armada no Brasil. A pesquisa seguiu as diretrizes éticas de estudos documentais, sem chegar a necessidade de submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não teve o envolvimento de seres humanos diretamente.

NEOLIBERALISMO: O RISCO, GOVERNAMENTALIDADE E A SOCIEDADE ARMAMENTISTA

Primeiramente, é necessário compreender os três principais elementos que levaram à decadência e à reestruturação do pensamento neoliberal. O primeiro elemento é a superprodução de capital, fomentada pelos incentivos fiscais no século XX e a falta de regulamentação estatal, juntamente com a ascensão da linha de crédito, que inflaram a bolha especulativa culminando na crise de 1929. A resposta a essa crise veio através das políticas Keynesianas de demanda agregada, que visavam controlar o consumo familiar, empresarial e governamental. Essas políticas incluíram a criação de um Banco Central para fiscalizar políticas monetárias, projetos de incentivos sociais para reduzir o desemprego, políticas públicas robustas e a estatização de empresas em áreas estratégicas, impedindo a atuação do setor privado.

O segundo elemento é o Plano Beveridge, proposto por William Beveridge em 1942, que exigia que todos os indivíduos aptos a trabalhar pagassem uma contribuição ao Estado para subsidiar programas sociais. Este plano foi um marco na política social do Reino Unido, estabelecendo a base para o moderno Estado de bem-estar social. Beveridge identificou cinco "gigantes" a serem combatidos: necessidade, doença, ignorância, miséria e ociosidade. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, os programas derivados do plano forneceram subsídios aos doentes, desempregados e viúvas, incluindo benefícios de seguridade social, assistência médica gratuita (NHS), educação pública acessível e políticas de pleno emprego. A implementação do plano transformou a relação entre o Estado e os cidadãos, promovendo uma rede de segurança social que assegurava um padrão mínimo de bem-estar para todos. Inspirando reformas sociais em várias nações, o plano enfatizava a responsabilidade mútua entre o Estado e os cidadãos.

O terceiro elemento a ser considerado é o desgaste da administração federal decorrente da implementação desses programas. No contexto do pós-Segunda

Guerra Mundial, observou-se uma intensa bipolarização política, na qual se formaram dois grupos com visões antagônicas. De um lado, um segmento conservador começou a hostilizar as políticas sociais, rotulando-as como de cunho socialista, o que gerou um ambiente de desconfiança e oposição em relação às iniciativas voltadas para o bem-estar social. Por outro lado, um grupo mais progressista emergiu, criticando não apenas a resistência conservadora, mas também o que consideravam um desenvolvimento de um Estado imperialista, que priorizava interesses econômicos e geopolíticos em detrimento das necessidades sociais. Essa polarização não apenas intensificou os debates políticos, mas também impactou a eficácia e a percepção pública das políticas implementadas, contribuindo para um desgaste significativo da administração federal ao longo do tempo. Essa dinâmica de conflito ideológico influenciou a forma como as políticas sociais foram percebidas e executadas, gerando uma luta constante pela legitimidade e aceitação das intervenções governamentais em um cenário marcado pela instabilidade política.

Nesse contexto, A Escola de Chicago teve um impacto nas políticas econômicas e sociais, especialmente nos anos 80 com a ascensão do neoliberalismo, permitiu que a lógica de mercado orientasse o comportamento da sociedade, com a premissa racional de maximizar os benefícios materiais em prol do bem-estar e da busca pela felicidade. Michel Foucault, escreveu no fim da década de 1970, escreveu em seu livro "O Nascimento da Biopolítica": "O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados" (2008, p. 301). A arte de governar considera os dispositivos estratégicos que os governos neoliberais utilizam como meio de pressão social e individual.

Essa arte de governar, para Foucault, envolve em uma maneira correta de gerenciar a riqueza e prosperidade para a sua família (ação que um bom patriarca deveria fazer em relação a sua família). Quando o autor analisa a obra de Maquiavel, "O príncipe", ele argumenta que a soberania não é exercida apenas sobre a sociedade, mas também, sobre um território e sobre os "súditos" que o habitam. Nesse sentido, podemos dizer que o território é o elemento fundamental tanto na principalidade maquiavélica quanto na soberania jurídica. Lá Perrière[3] faz uma crítica feita às ideias de Maquiavel, pois compreende que o governo não se restringe apenas ao território, mas aos

[3] Guillaume de Lá Perrière foi um escritor renascentista e magistrado francês. Escreveu obras principalmente sobre política, moral e o governo. Lá Perrière se destaca pelos seus escritos que contêm reflexões sobre a arte de governar e a ordem social.

elementos que integra as pessoas do território. Seguindo essa lógica, o governo deve se preocupar com as interações e comportamentos dos indivíduos, deve zelar pela segurança da sua população, garantindo que cada um desempenhe sua função e respeite as normas estabelecidas. Deve gerenciar os recursos e os desafios que podem ameaçar a estabilidade do Estado, buscando o bem comum por meio da obediência às leis que foram impostas pelo governante.

A obra “The Foucault Effect: Studies in governmentality”, criada a partir de uma entrevista dada por Michel Foucault e editada por Graham Burchell, Colin Gordon, and Peter Miller da The University of Chicago Press, em 1991, traz o conceito de seguro, que seria uma tecnologia abstrata que permite criar diferentes tipos de seguros adaptados às funções e utilidades. A forma que o seguro assume em uma determinada instituição é influenciada por um “imaginário” que define como a tecnologia do seguro pode ser utilizada de forma útil. A Partir disso, o risco é visto como um perigo que pode atingir a um grupo de indivíduos ou a bens coletivos. Portanto, o seguro, como tecnologia do risco, se torna uma forma de racionalidade que organiza elementos da realidade e sua aplicação está frequentemente racionalmente ligada a conceitos de probabilidade e acidentes.

O seguro, assim como a física social, aplica o cálculo das probabilidades às relações sociais, apresentando uma nova forma de análise que se afasta da moralidade tradicional e nesse contexto, o risco possui três características principais. A primeira é que o risco é calculável, a lógica jurídica se concentra na culpa e responsabilidade individual, a abordagem do seguro se fundamenta na probabilidade objetiva de eventos, independentemente das ações humanas. Isso revela que acidentes, embora pareçam aleatórios, seguem padrões previsíveis. A segunda é que o risco é coletivo, um fenômeno que se manifesta na população. Cada indivíduo representa uma parte no risco coletivo e todos são considerados fatores de risco, independentemente de sua conduta pessoal. A última característica é que o risco é um capital que o seguro garante perdas.

Outro ponto a ser compreendido é o conceito de governamentalidade apresentado em “Segurança, território, população” um curso ministrado por Foucault no Collège de France de janeiro a abril de 1978, um conceito que aborda as técnicas aperfeiçoadas no nascimento do Estado moderno (Foucault, 2008a), essa ideia fundamentada nas mudança do controle do governo que originalmente se dava em uma estrutura da soberania e que se transforma em um regime dominado pelas técnica de governo no século XVIII, atuando como um meio de racionalidade política utilizando da disciplina não mais somente como ferramenta de controle biológico individual, mas valorizada como meio de administração da população, das massa coletiva como um todo.

Governar é uma arte complexa que exige do governante habilidades para proteger e manter seu domínio. Para tanto, ele deve estabelecer mecanismos de controle, como o uso da força para enfrentar ameaças externas, a criação de tratados para consolidar alianças e a manutenção de uma relação de submissão com seus súditos, visando preservar a estabilidade do seu principado. Analisando a obra "Segurança, Território, População", Foucault cita La Perrière e argumenta que "governo é a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado" (Foucault, 2008b, p. 130). Assim, o governo não só administra as coisas, mas o faz com um objetivo claro: maximizar o bem comum, o que, por sua vez, resulta na produção de riqueza e no crescimento populacional.

A arte de manipular e controlar o principado exige do governante três capacidades essenciais. A primeira é o governo de si mesmo, que implica em autocontrole para manter a moralidade diante dos súditos, assegurando políticas autoritárias, conhecidas como 'polícia', que estabelecem a ordem e regulam a conduta individual. A segunda é o governo da família, que envolve a administração correta da economia doméstica, entendida como a gestão das finanças e dos recursos familiares. Por fim, a terceira é a autoridade sobre os súditos, exercendo controle sobre a conduta dos indivíduos e mantendo a ordem dentro do principado através de um policiamento eficaz. Em resumo, o governante deve focar na prosperidade de sua família, estabelecendo alianças com outras famílias influentes e administrando suas riquezas e propriedades de maneira eficiente.

"mas nunca, tampouco, a disciplina foi mais importante e mais valorizada do que a partir do momento em que se procurava administrar a população - e administrar a população não quer dizer simplesmente administrar a massa coletiva dos fenômenos ou administrá-los simplesmente no plano dos seus resultados globais; administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe." (FOUCAULT, Segurança, território, população, 2008, p. 142).

Para Michel Foucault, a governamentalidade envolve uma complexa rede de instituições, análises e práticas de reflexão que exercem um poder significativo sobre a população[4]. Esse poder, caracterizado como "governo", emerge através de mecanismos de soberania e disciplina, os quais geram e são sustentados por uma diversidade de conhecimentos. A governamentalidade, portanto, é a forma como os governos estruturam e aplicam o poder para moldar comportamentos e influenciar a sociedade.

[4] Importante destacar que o controle disciplinar na governamentalidade exercida na população ou seja na espécie é chamada de biopoder, em "Em Defesa da Sociedade" Foucault explora o conceito de biopoder que o define como um poder de administrar a vida, de gerir, aumentar multiplicar exercendo controle preciso e regulamentação de maneira global.

“Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal técnico essencial os dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, Segurança, território, população, 2008, p. 143).

Essa abordagem destaca como o poder não é simplesmente algo que é imposto de cima, mas é também sustentado e ampliado por uma série de saberes que o legitimam e o tornam eficaz.

SEGURANÇA OU NEGÓCIO? O PAPEL DO ESTADO NA VENDA DE ARMAS

A importância da "governamentalização" na modernidade do Estado, afirmando que ela se tornou o foco central das lutas e disputas políticas, sendo também o fenômeno que garantiu a sobrevivência do próprio Estado. A governamentalidade refere-se às táticas de governança que permitem ao Estado definir e regular o que é público e privado. Com o contexto neoliberal as relações públicas e privadas se entrelaçam criando formas de governar que fazem a transferência de segurança do coletivo para o individual. Por exemplo, a compra de armas antes associada a uma atividade de defesa do Estado, passa a ser vista como uma necessidade de defender a propriedade e a vida do indivíduo, criando uma relação cíclica entre insegurança e consumo de armamento, controlando a população por meio de saberes econômicos. Assim, os limites do Estado devem ser entendidos à luz dessas estratégias gerais de governamentalidade.

“O Estado administrativo, nascido numa territorialidade de tipo fronteira não mais feudal, nos séculos XV e XVI, esse Estado administrativo que corresponde a uma sociedade de regulamentos e de disciplinas; e por fim, um Estado de governo que já não é essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa. [...] É esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, Segurança, território, população, 2008, p. 145-146).

Com o passar do tempo muitas funções do Estado começaram a se manifestar no fim do século XVII e início do século XVIII como no exercício da governamentalidade, no momento em que, o governo também passa a se interessar pela conduta dos indivíduos em que rege a sua soberania, começa a também querer conduzi-los. Desta forma, problemas de conduta eram produzidos do lado das instituições religiosas, com a governamentalidade assumindo esse novo papel, passando a ser produzido ao lado de instituições políticas. Com isso claro, se busca aprofundar em um dos exemplos de análise feita por Foucault sobre essa mudança para governamentalidade, em uma de suas análises sobre fazer a guerra, se destaca que no passado fazer a guerra era uma questão de nobreza e em geral, uma profissão mais ou menos voluntária “mais para menos”, criando desta forma uma janela de problemas no recrutamento militar para resistências e deserções. Mas a partir do momento em que ser um soldado se torna não somente uma lei, mais um código moral e ético, uma conduta política, essa prática de resistência e deserção passa a ser uma contra-conduta moral, uma divergência a valores apresentados pela sociedade. (Foucault, p. 261).

Por conseguinte para a formação desses valores éticos e morais apresentadas nesta análise é necessário uma reidentificação do que é ser um soldado, a guerra feita pelo Estado e as armas por consequência, passam a ter uma nova identidade se transformando através do tempo em seu significado, na qual entrar em um conflito pelo seu país é além de um ato de nobreza, se torna uma responsabilidade cívica, e as funções militares juntamente com as armas que fazem naturalmente parte desse processo, quando administradas pelo Estado, passam a ser estimulados como algo positivo, meios necessários para estabelecer a paz e a segurança da sociedade.

Porém com a chegada do neoliberalismo no século XX, a venda de armas passa a ser intensificada no meio civil, o que antes era um mercado direcionada ao Estado passa a se espalhar como um bem material comum, com a individualização dos problemas que antes eram coletivos, conforme Pierre a aquisição de uma arma de fogo para um civil passa a significar a garantia da sua segurança, com o aumento da insegurança mais armas vão ser vendidas, criando um acréscimo de venda de armas, assim essas indústria armamentistas criam um processo retroalimentativo na qual a venda de armas e fácil acessibilidade aos civis pode agravar tensões criando uma maior demanda por mais armamento.

“A expansão dramática na venda de armas para um mundo em desenvolvimento durante os anos de 1970 já é bem conhecida. [...] armas entregues alimentam corridas armamentistas locais, criam ou aumentam instabilidades regionais, faz com que qualquer guerra que ocorra seja mais violenta e destrutiva [...] Para compreender melhor, o fenômeno do comércio de armas deve ser visto no contexto mais amplo de uma transformação no mundo da política.”
(PIERRE, 1982, p. 3, tradução nossa).

Além do neoliberalismo, é observado outro fenômeno que permite entender por meio da história, que desempenhou um papel crucial do porque a questão da segurança e defesa se torna cada vez menos coletivo e mais individual. Não apenas graças ao neoliberalismo mas devido a outro fator muito relevante que é a guerra, conflitos que envolveram e envolvem o mundo e fizeram com que a guerra se transferisse para o cotidiano da sociedade. A violência como um todo teve muito peso na organização social atual, porém o coletivo das pessoas não percebe o medo e violência como parte de processos sociais que vivemos. O principal motivo está na guerra, que cria um aparato organizativo que é o Estado, que por sua vez, reproduz a guerra, gerando um ciclo de militarização que permeia a vida social.

Se levarmos em consideração que a formação da própria gênese do Estado está na guerra, é natural que com o passar do tempo o Estado como dirigente da organização social gere uma militarização da sociedade sem que ela perceba, contribuindo para a naturalização de práticas como o aumento da segurança privada, a vigilância constante através de câmeras uma lógica relacionável a um conceito destrinchado por Foucault em “Vigiar e Punir” e criado por Bentham sobre o panóptico, um dispositivo de segurança fixo, de constante vigilância onde cria um funcionamento automático de poder, pois os indivíduos vigiados se comportam de tal maneira pois sabem que estão sendo monitorados isto com a maior acessibilidade à compra de armas, todas justificadas sob o mesmo argumento da "segurança e defesa", consequência histórica do impacto da guerra na vida doméstica (Millán, Mariano; Bonavera, Pablo, 2024).

Outra base histórica que podemos nos basear é na fala do 34º presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower em 1961, onde faz um discurso de despedida alertando dos vínculos e da crescente influência e aliança das forças armadas e a indústria bélica nos Estados Unidos naquele período, momento que os norte americanos tinham uma indústria militar já estabelecida graças a principalmente a segunda grande guerra. Eisenhower também neste mesmo discurso foi quem elaborou e popularizou o conceito de “complexo industrial militar”, onde adverte que este vínculo poderia causar um aumento na ascensão de poder má utilizado, uma análise em um instante da história onde o neoliberalismo começa a dar os primeiros passos para o seu auge na década de setenta. No momento de seu discurso já era possível identificar algumas características através de situações políticas e econômicas no que a indústria de defesa iria se tornar em um futuro próximo.

“Nos conselhos de governo, devemos nos guardar contra a aquisição de influência injustificada, seja ela buscada ou não, pelo complexo industrial-militar. O potencial para a ascensão desastrosa de um poder mal direcionado existe e persistirá.” (Estados Unidos da América, 1961, tradução nossa).

Esses alertas feitos pelo presidente Eisenhower se mostraram uma realidade no período da guerra fria. Analisando as potências do período de acordo com o professor Lucas Kerr a União Soviética e os Estados Unidos que estabeleceram uma indústria por meio de uma economia de guerra[5], fenômeno que mais perigoso para o futuro político envolvendo o complexo industrial militar, pois, durante a economia de guerra onde existe um grandes gastos e redirecionamento de recursos humanos o que pode fazer gerar muitos saltos tecnológicos o que pode fazer com que essas tecnologias desenvolvidas na guerra voltem para sociedade mas a um custo. Durante esses períodos de economia de guerra feitas pelos EUA e URSS as suas respectivas indústrias bélicas ganham uma absurda quantidade de poder econômico e político.

Essas indústrias com uma capacidade de poder político estabelecida, se tornando oligarca e no caso dos Estados Unidos fazem lobby em torno de políticos fazendo doações e contribuições para suas campanhas políticas em troca de investimento em suas indústrias bélicas. Essas indústrias não produzem nada para sociedade além de gerar lucro para si mesmo, algumas vezes pode até ser danoso para o desenvolvimento nacional, porém o Estado em coerção com o complexo industrial militar utiliza de estratégias de medo para aumentar a paranoia da população em cenários de conflito ou quase conflito fazendo investimentos de pesquisas acadêmicas para justificar os gastos excessivos neste complexo industrial, uma forma de controle manifestado como biopolítica. Portanto, essa relação neoliberal única entre as indústrias armamentista e o Estado pode alimentar conflitos e prolongá-los como na guerra fria, gerando instabilidade e deterioração da paz em troca de lucros para o meio privado.

Com o neoliberalismo existe uma necessidade contemporânea com a liberdade, o Estado moderno não deve impedir o indivíduo de nada, mas sim dar uma maior liberdade que na verdade é condicionada, uma liberdade “para” e não “de”, uma liberdade para comprar armas, mas não uma liberdade de violência. Não somente a venda mas também a produção de

[5] Economia de guerra se refere a um conjunto de práticas e políticas estatais normalmente usadas em conflitos, voltadas para mudança da organização e prioridades da economia do Estado, onde se tem um aumento no redirecionamento de recursos e gastos públicos para produção bélica em massa e manutenção de recursos básicos para a população.

armamentos, frequentemente sustentadas por investimentos estatais, funcionam como uma espécie de seguro econômico, no qual o risco é muitas vezes transferido para outros países. O custo desse risco, entretanto, é pago coletivamente em termos humanitários. Essa dinâmica cria um paradoxo: enquanto o desenvolvimento de novas armas busca reduzir custos logísticos e produzir tecnologias mais baratas, os impactos humanitários decorrentes da proliferação dessas armas aumentam de forma significativa.[6]

DO NORTE AO SUL: COMO A INDÚSTRIA BÉLICA DOS PAÍSES CENTRAIS AMPLIFICA A VIOLÊNCIA NA PERIFERIA

A forma que o risco transferido para outros países principalmente subalternos pelos Estados desenvolvidos com uma indústria bélica já bem estabelecida é evidenciada na quantidade de violência armada em regiões que não tem um forte complexo industrial como por exemplo na América do Sul ou África, que representam as regiões com maior violência armada em todo o mundo com a África representando 12.7 homicídios com armas de fogo por 100,000 habitantes e a América Latina e Caribe chegando até 16.7 homicídios por 100,000 habitantes (UNODC, p. 29-33), e ainda assim mesmo com altíssimas estatísticas de homicídios por armas de fogo, a América Latina e Caribe com a África não representam juntos nem 5% dos gastos mundiais com militarização[7] (SIPRI, p. 8).

A relação de violência e economia é explícita, isso devido principalmente as armas fabricadas nos EUA que escorrem para a América Latina de forma legal ou ilegal.

A relação de violência e economia é explícita, isso devido principalmente as armas fabricadas nos EUA que escorrem para a América Latina de forma legal ou ilegal. Uma relação de uma forma ou outra de dominação e exploração entre centro e periferia que Octavio Rodríguez (2009) explica com base no pensamento de Raúl Prebisch[8], uma realidade de relação econômica entre países desenvolvidos e periféricos de forma estrutural construída historicamente onde as periferias se submetem a serem exportadores de matéria prima (commodities) de baixo-valor agregado onde

[6] Este tópico será abordado mais à frente.

[7] Dados próprios elaborados com base na tabela de gastos globais com militarização por regiões geográficas do SIPRI. A América Latina e Caribe com a África representam 4,7% dos gastos mundiais com militarização.

[8] Raúl Prebisch foi economista argentino, secretário executivo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Conhecido por desenvolver a Teoria da Dependência, fundamentando críticas ao sistema econômico global, propondo alternativas para a superação do subdesenvolvimento.

a falta de investimento e industrialização os mantêm dependentes de produtos tecnológicos de valor agregado exportados pelo centro para periferia.

A América Latine e Caribe em geral como não tem uma indústria de defesa estabelecida dependem da exportação de armas do exterior, já que são produtos tecnológicos de alto valor agregado e precisam de um forte complexo industrial. Os EUA como maior exportador de armas do mundo (SIPRI, p. 10), parecem suprir a necessidade insaciável por armas da América Latina, região que mesmo não contendo conflitos interestatais contém uma alta taxa de violência interna devido às desigualdades estruturais que foram se formando historicamente, permitindo que o crime organizado junto ao tráfico ilegal de armas seja uma realidade recorrente na região. Para tomar de exemplo durante os anos de 1980, El Salvador era um dos principais importadores de equipamentos militares dos EUA nas Américas, alimentando uma das guerras civis mais violentas de toda América Latina, e mesmo com o conflito terminando em 1992 até hoje quase 50% das armas de fogo recuperadas em cenas de crimes em El Salvador são dos EUA (Muggah, 2016).

A falta de compromisso dos países centrais com o controle de armas como os EUA que não é Estado Parte[9] do Tratado sobre o Comércio de Armas (UNITED NATIONS, 2024), que ajudaria na análise de risco de transferência[10] de armamentos evitando que as armas transferidas sofram um menor desvio para uso mal intencionado do armamento como no terrorismo ou crime organizado na África e América Latina. A verdade é que a não adesão desse tratado da fortalecimento ao discurso do medo, pois as armas transferidas sem regulamentação ou análise de risco com base no Direito Internacional Humanitário (DIH) vai fazer com que grupos armados criminosos consigam o que querem, e quanto mais relevante esses grupos se tornarem, a necessidade nacional por maior policiamento e armamento cresce, e sem uma indústria de defesa nacional estabelecida, o Estado com essa grande demanda interna da sociedade vai se sentir forçada a exportar as armas que necessita para aumentar a segurança nacional.

O discurso do armamento como equivalente a segurança também é uma forma estrutural de dominação. Um caminho mais viável para países latino-americanos no lugar de investir seus recursos neste tipo de discurso,

[9] Estado Parte é um termo usado para identificar países que ratificaram ou aderiram a um tratado, convenção ou acordo internacional, assumindo de forma legal as obrigações e direitos previstos no tratado. Ao se tornar um "Estado Parte", o país passa a estar vinculado tanto às normas quanto aos mecanismos estabelecidos pelo tratado, se sujeitando a sanções em caso de descumprimento.

[10] De acordo com o Artigo 2.2 do Tratado sobre o Comércio de Armas: as atividades de comércio internacional incluem a exportação, a importação, o trânsito, o transbordo e a intermediação, doravante referidos como "transferência".

seria por exemplo no lugar de aumentar suas capacidades militares, fortalecer laços regionais e cooperar economicamente com países vizinhos, uma forma de estabelecer uma paz melhor e duradoura. Portanto podemos observar que a influência desse discurso pode ser um exemplo de biopolítica aplicado ao nível internacional, porque esse tipo de ideia influencia a população e elite política de outros governos, favorecendo somente as indústrias de defesa que estão estabelecidas majoritariamente em países centro. A eliminação da dependência de produtos de segurança nacional, como armas, só seria possível com o desenvolvimento de uma indústria interna ou com o fortalecimento de laços regionais, criando dependência entre países periféricos e não com os países centrais, dessa forma, no lugar de exploração, haveria desenvolvimento regional. Dentro da América Latina o Brasil é um exemplo de país que busca ativamente expandir seus mercados de defesa[11], especialmente armamento portátil como rifles, pistolas e munições, isso permitiu um maior controle dos mecanismos legislativos internos para o controle de armas e não depender de países externos com legislações fracas no âmbito de transferência no comércio de armas (Muggah, 2016).

A necessidade da população de mais armamento é principalmente devido aos discursos governamentais que relacionam a segurança ao armamentismo, o que retoma mais uma vez o ciclo vicioso criado pela indústria armada, uma indústria que se relaciona ao Estado por meio de influência política e financeira. O Estado portanto emite discursos de medo e gera paranóia na população para criar demanda na compra privada de armas e nos gastos públicos no setor bélico e isso gera também um benefício de aumento de poder para o Estado uma vez que a população carregada de medo permite o Estado criar mais dispositivos de segurança, administração populacional e mecanismos panópticos, formando um “Ciclo Bélico-Securitário”.

Este Ciclo Bélico-Securitário dividido em cinco etapas parte de um momento histórico contemporâneo onde um Estado se funde ao Complexo Industrial-Bélico já desenvolvido no seu país como abordado anteriormente. Portanto tendo isso como base a primeira etapa do ciclo seria a mensagem, o discurso de medo, seja por segurança individual fortalecida pela período neoliberal, ou discurso de segurança nacional financiado pelo Estado e mídia, isso levaria a uma segunda etapa criando uma maior demanda por armas (no âmbito público e privado), com isso a terceira parte deste ciclo fortaleceria

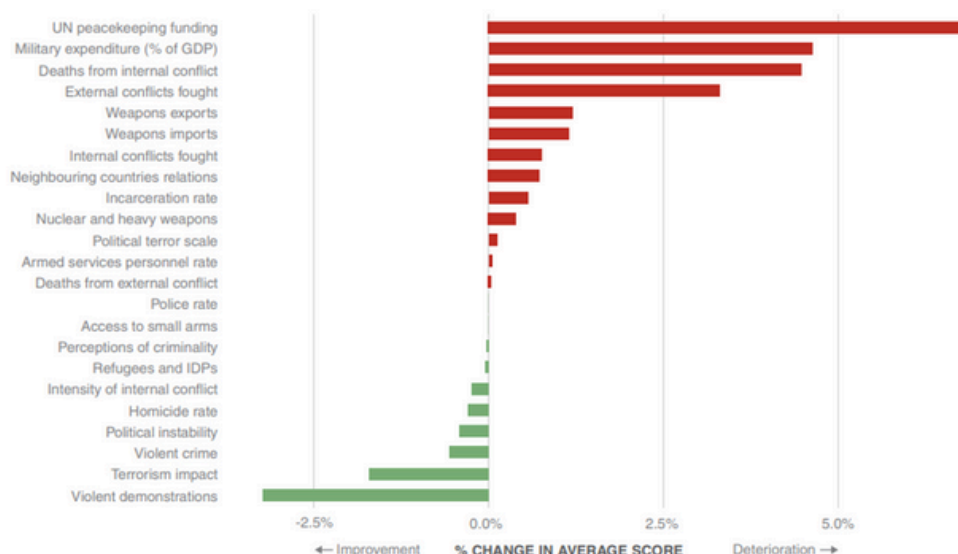
[11] Apesar do Brasil não ter tantos problemas com dependência no âmbito de segurança nacional, sua própria indústria bélica ainda gera problemas internos que são refletidos na sociedade, tópico que será abordado mais à frente.

os recursos da indústria bélica permitindo que mais dinheiro seja investido em lobby ou pressão política quanto recursos para o Estado, permitindo aumento da militarização e gerando poder político e o aumento de dispositivos de controle e administração da população por meio do biopoder e mecanismo panópticos, a quarta parte geraria aumento da violência, instabilidade política e desigualdades sociais que vão ser os temas abordados no próximo tópico, por fim isso geraria medo e insegurança na população permitindo que os discursos de segurança se intensifiquem e o ciclo se torne completo.

VENDA DE ARMAS: A MUNIÇÃO PARA DECADÊNCIA DA SOCIEDADE

Diante do dilema sobre o investimento de recursos limitados em armamentos, muitos questionam se esses fundos não deveriam ser melhor direcionados para atender às urgentes necessidades econômicas e sociais do país. Afinal o mundo em 2023 teve gastos militares estimados na casa dos \$2.4 trilhões de dólares de acordo com o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) algo preocupante se levarmos em conta pesquisas como a do Global Peace Index que foram realizadas pelo Institute of Economics & Peace em 2024, onde os gastos militares globais, a exportação e importação de armas foram um dos principais indicadores apontados pelo instituto responsáveis por deteriorar a paz mundialmente nos respectivos anos de 2023 e 2024, algo que ano a ano tem perspectivas de crescimento.

Figura 1 – Alteração percentual na pontuação do indicador de paz global, 2023-2024



Fonte: Global Peace Index, 2024



No Brasil, mesmo sendo um país fora de conflitos internacionais, têm gastos milionários em empresas bélicas enquanto elas geram lucros para o meio privado como a Avibras que lucrou em 2019 R\$ 101 milhões (AVIBRAS, 2019) detém uma dívida alcançada em 2021 de R\$ 641 milhões (BRASIL, 2024) a empresa Taurus com um lucro de R\$ 257 milhões e uma dívida de R\$ 360,3 milhões no final de 2023 (TAURUS, 2024) a Embraer com um lucro de U\$ 164 milhões e dívida líquida em R\$ 7 bilhões (EMBRAER, 2023) essas produção de lucros massivos mostram em contrapartida mostram grandes dívidas com o Estado. . Dívidas de investimentos

não retornados que afetam diretamente os recursos públicos, mostrando que a própria dívida acumulada pelas empresas gera um risco que é absorvida pela sociedade. Mas esses recursos, mesmo que não fossem investidos no meio militar, seriam gastos com necessidades econômicas e sociais? Não existe garantia alguma que os recursos acumulados que não fossem gastos em defesa sejam sabiamente usados para o bem comum, é necessário primeiro lembrar que estes tipos de decisões são feitas por governos soberanos que, por muitos são autoritários (PIERRE, p. 37). Não somente gastam muitos recursos no âmbito da defesa, mas o que se observa internacionalmente é que governos usam uma linguagem de segurança e proteção para justificar o investimento excessivo em gastos militares, um tipo de estratégia descrito por Foucault (2008b) que é comumente usado pelos Estados e que se classifica como formas de saberes e discursos assim como mecanismos de disciplinas que são amplamente aceitos pela sociedade, ou seja um meio de prática da biopolítica.

Embora não haja garantias de que os recursos não utilizados em defesa seriam aplicados adequadamente em outras áreas, o impacto negativo da aquisição de armamentos sobre o desenvolvimento social e os direitos humanos é inegável. Por exemplo, a maioria das armas portáteis e leves está em maioria na mão de civis, totalizando aproximadamente 875 milhões em 2017. A proliferação descontrolada de armas portáteis têm impactos

devastadores no desenvolvimento socioeconômico e nos direitos humanos. Todo ano a violência armada mata em torno de 526 mil pessoas (SMALL ARMS SURVEY, 2021), onde 75% acontece em cenários fora de conflitos armados, para além de cada morte armada existem ainda vítimas secundárias (família, amigos, colegas de vítimas de violência armada), que sofrem com impactos sociais, de saúde ou econômicos como trauma, ansiedade, perda de emprego, bem-estar ou conexões familiares. (REACHING CRITICAL WILL, 2020).

No Brasil, mortes violentas causadas por armas de fogo chegam a 76,5%, valor muito acima da média global, dados de 2015 (dados mais recentes) de acordo com relatório da Global Burden of Armed Violence dizem que no mundo essa porcentagem fica em torno de 44%. E apesar dessas mortes violentas a quantidade de armas que aumentou em circulação colabora para essa violência, em 2022 o registro de armas chega a 1,5 milhões e se torna um problema a contribuir com a violência nas próximas décadas. Uma reportagem com um especialista conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Roberto Uchôa feita pela Folha de São Paulo diz que o efeito do aumento de circulação de armas não é imediato (LACERDA, 2023):

“Até 1980, 40% dos homicídios cometidos no Brasil tinham uso de arma de fogo. Esse número começa a aumentar quando a gente tem uma enxurrada de armas no mercado, a partir da década de 1980. Depois, há uma estabilização em torno de 70% [...] O que me preocupa é que nós vivenciamos agora uma segunda corrida armamentista. Parecida com a anterior, mas com calibres muito mais potentes e armas de capacidade muito superior.”

Portanto, a comercialização de armas, no nível doméstico e estatal, é realizada a partir de um risco calculado para a sociedade. Enquanto o governo fragiliza políticas públicas de controle de armas no âmbito civil, a população se torna um amortecedor dos impactos negativos, facilitando a violência e aumentando a acessibilidade de armas em grupos criminosos. Assim como no Brasil, a proliferação de armas em outros países tem agravado conflitos e aumentado a vulnerabilidade de civis, especialmente em regiões já afetadas por instabilidade política e social. Quando a venda de armas é direcionada a outros Estados, o problema do risco humanitário é exportado, agravando a miséria durante os conflitos armados e aumentando a vulnerabilidade de civis.

VENDA DE ARMAS: O IMPACTO EM CONFLITOS

Além do impacto direto nas mortes violentas e na segurança pública, a venda e proliferação de armas também têm profundas consequências em cenários de conflito. O SIPRI demonstra em pesquisa outro problema além da violência que envolve conflitos armados como a insegurança alimentar. Três conflitos em particular aumentaram o nível de segurança alimentar em 2023, o Sudão com um acréscimo grande de insegurança alimentar devido ao conflito armado dentro do país. Refugiados da guerra civil também influenciaram na insegurança alimentar em outros países como o Sudão do Sul. A guerra Israel-Hamas que causa danos no sistema de alimentos em territórios palestinos que são ocupados com fome ameaçando tomar conta de Gaza, e por fim a guerra na Ucrânia, que devasta a produção da agricultura e impacta nas reservas globais de comida (SIPRI, p. 6).

Com o aumento ano a ano que existe no investimento global com armas, e o desenvolvimento de novas tecnologias militares. O mundo sofre uma dificuldade de implementação de novos regulamentos para limitar a guerra a somente fins militares. Com o aumento das massas populacionais, conflitos armados passaram a ocorrer cada vez mais em cenários urbanos, e com isso surge um fenômeno da falta de nitidez da distinção entre combatentes e não combatentes, como marcadores históricos para se ter uma ideia na primeira guerra 5% que morreram nos conflitos eram civis, na segunda guerra esse número cresceu até 66% (Hobsbawm, p. 24), e em 2023 a ONU divulga que a morte de civis em conflito cresceu até 72% (NAÇÕES UNIDAS, 2024). Sem mecanismos de regulamentos internacionais eficazes, a venda, uso e transferência de armas convencionais que, podem vir a causar sofrimento desnecessário sendo excessivamente lesivas ou geradoras de efeitos indiscriminatórios como por exemplo as munições cluster[12]. Um tipo de arma que é amplamente usado e tem um altíssimo número de vítimas não combatentes[13]. A vasta maioria - 95% - de vítimas de munições cluster são civis, onde 71% são crianças (MONITOR, 2024). O impacto que os conflitos têm em crianças não se limita infelizmente a armas específicas, em algumas situações de conflito armado 80% das vítimas de acidentes de explosivos são crianças (UNMAS, s.d). Entre 2005 a 2020 mais de 93 mil crianças foram recrutadas e usadas como soldados em conflitos armados, mesmo que se acredite que o número real seja realmente maior (UNITED NATIONS, 2022; UNICEF, s.d).

[12] Munições cluster são um armamento que pode ser lançado da superfície ou do ar, que ao alcançar certa altitude libera um compartimento com centenas ou milhares de pequenos explosivos que são chamadas de submunições. Essas submunições foram projetadas para detonar ao tocar ao solo porém conflitos modernos mostraram que sua taxa de falha pode variar de 10% a 40%, essas submunições não detonadas oferecem um risco a civis especialmente a crianças já que as submunições podem ter cores ou formatos atrativos aos olhos de um infante. Essas submunições não detonadas ainda podem explodir quando manuseadas ou “perturbadas”.

[13] Não combatente é um termo técnico utilizado pelo DIH para definir: civis, prisioneiros de guerra, combatentes feridos ou impossibilitados de combate direto e qualquer ente que não participe diretamente das hostilidades de um conflito armado.

O período que podemos registrar pela maior quantidade de gastos em armamento e transferência de armas é durante a guerra fria, com a corrida armamentista o volume de transferência de armas chegou aos maiores números registrados pela humanidade entre 1979 a 1983 que transita em torno de 45 bilhões anuais em armas. Com a queda da União Soviética ao final da guerra fria, a Rússia tinha um volume enorme de armas que não chegaram a ser usadas em estoque. E com a fragmentação da União Soviética e a instabilidade política e econômica na região muitos desses estoques de armas foram vendidas ilegalmente. Armamento que acabou eventualmente alimentando conflitos armados majoritariamente em países em desenvolvimento como por toda região da África. De forma estimativa o tráfico internacional ilegal de armas representa de 10-20% de todo comércio mundial de armas. (SCHROEDER; LAMB, 2006).

Além de alimentar conflitos armados, a grande disseminação descontrolada pós-Guerra Fria também deixou disponível ao mercado global, legalmente ou ilegalmente a presença de armas no ambiente doméstico. Um fenômeno que aumentou as dinâmicas de poder onde força letal não estaria relacionado apenas na guerra total entre Estados. Mas na dominação simbólica na sociedade. Assim, ao analisar a proliferação de armas no mundo contemporâneo, também é preciso considerar outros impactos como violência de gênero. A normalização da posse de armas tanto quanto a cultura armamentista reforça estereótipos de masculinidade que são ligados a uma forma de dominação. Desta forma a discussão de proliferação de armas não pode ser desassociada a desigualdades de gênero.

VENDA DE ARMAS: GÊNERO E ARMAMENTO

É importante observar que pessoas de diversos grupos são impactados por armas de formas diferentes. Fatores como idade, étnico, gênero, sexualidade, classe e muitos outros fatores. Por instância no mundo, a maioria esmagadora de vítimas e perpetradores de violência armada são homens, das 360 mil vítimas em 2021 por homicídios intencionais 81% são homens e 45% de todas as causalidades são com armas de fogo. De todas as mortes por homicídios intencionais de mulheres, em torno de um terço é cometido com armas de fogo e mais da metade (55%) são cometidas por parceiros íntimos ou membros familiares da vítima (SMALL ARMS SURVEY, 2023).

A posse de uma arma simboliza poder, em um tipo de fantasia construído pela sociedade em volta de um tipo específico de performance da masculinidade, onde ideias como força, proteção e coragem são equivalentes a violência (REACHING CRITICAL WILL, 2020). Conforme

Conceição Segundo (2024) essas características estão são associadas ao sexo masculino, segurança e o meio de órgãos de segurança como polícia, exército e bombeiros se torna um ambiente exclusivamente masculino, onde na presença de mulheres executando seu ofício se tornam quase forçadas e educadas a agir e se portar com um tipo de masculinidade.

As instituições de segurança pública, assim como também podemos ver as armas de fogo, tem uma relação ligada à sexualidade. Foucault fala do sexo em “História da Sexualidade I: A Vontade do Saber” como uma dobradiça, funciona tanto quanto um poder disciplinar que criam normas e categorias de identidade, faz com que uma mulher e um homem se entendam de certa forma qual o significado, discurso ou atitude deve tomar, onde cada mulher deve agir de tal maneira, ou cada homem deve se comportar de tal maneira. Ao mesmo tempo que essa concepção de sexo que foi criada por meio da história, o sexo também se torna um mecanismo de biopoder, pois de uma forma ou outra essas concepções pessoais são adotadas pela população e permitem uma administração dos corpos individuais. As armas portanto no âmbito de sexo e gênero se mostram como nada mais que outro regulador disciplinar.

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (Foucault, 1988, p. 100).

Fazendo uma aproximação com a realidade nacional, no Brasil 95.9% de todos os registros de arma de fogo estão na mão de homens (POLÍCIA FEDERAL, 2024) e de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2023 armas de fogo representam 68.6% dos casos de homicídio intencional de mulheres lembrando que de todas as mortes daquele ano (2023) 68,9% das mulheres assassinadas eram negras, relacionando fatores citados anteriormente como gênero e etnia. Mesmo que armas de fogo talvez não estejam envolvidos diretamente com atos de violência de gênero, eles estão correlacionados com uma desigualdade de gênero crescente e uma cultura de violência generalizada, contra mulheres em particular, assim como pessoas LGBTQ+.

“Armas de fogo constituem uma ameaça significativa para os direitos humanos das mulheres. De fato, feminicídios por arma de fogo podem ser fortemente correlacionados com o nível de disponibilidade de armas de fogo. Por exemplo, na frequência de parceiros íntimos que cometem homicídio-suicídio, os níveis em países com maior disponibilidade de armas, como Suíça ou EUA, são maiores que nos Países Baixos onde a posse de uma arma de fogo é bem restrita. Um fato mais chocante: Armas de fogo são em um terço de todos os feminicídios no mundo todo.”
(WILPF, 2016).

A proliferação de armas portáteis tendem a ter um impacto negativo na igualdade das mulheres e capacidade no poder de negociação das mulheres dentro do meio doméstico, na sua mobilidade, e participação política. (WILPF, 2017). E assim como o biopoder atua na regulação dos corpos e suas identidades, a proliferação de armas reforça a desigualdade estrutural e limita a autonomia e segurança das mulheres. Muitos desses problemas devido a falta de políticas eficazes para controlar a circulação dessas armas, o que é aliado a uma cultura de hierarquia e superioridade do gênero masculino presente em muitas instituições de segurança, o que contribui para a perpetuação da violência.

Conclusão

Durante a investigação, foi buscado analisar a influência do Estado no comércio de armas e que relação existe com os conceitos elaborados pelo filósofo e historiador Michel Foucault, especialmente dentro do contexto do neoliberalismo. Por meio de uma abordagem teórica e histórica, foi explorado como a indústria armamentista veio a se tornar um pilar na governamentalidade neoliberal, que transforma a insegurança em uma mercadoria e o risco em uma ferramenta de controle social.

Foi realizada uma análise de marcos históricos que permitiu entender a reestruturação do pensamento neoliberal e eventualmente a sua relação com a militarização da sociedade. Foucault ofereceu uma base teórica para entender o gerenciamento da população no meio do dispositivo de segurança, transferindo a responsabilidade da proteção coletiva para o indivíduo.

Evidenciou-se impactos deste comércio de armas são multifacetários assim como investimentos excessivos em armamentos resultam em problemas que surgem quando estes recursos são alocados para a defesa nacional em detrimento de outras necessidades mais urgentes da população. A relação entre gênero e armas também foi destacada, mostrando como que a posse de armas está intrinsecamente ligado a performances de masculinidade e poder, e ao mesmo tempo um fenômeno não de aumento de violência de

gênero, mas sim de otimização do feminicídio, fazendo com que armas tenham um propósito para facilitar o genocídio e o tornar uma realidade mais acessível.

Também foi evidenciado como a indústria bélica nos países centrais, amplifica a violência em regiões de periferia, como na América Latina e na África. A transferência sem qualquer tipo de controle de armas para estas regiões alimenta problemas internos e fortalece o crime organizado agravado por problemas internos. Países como El Salvador exemplificam como se cria essa dinâmica, com altos índices de violência armada ligados à importação de armas norte-americana. Portanto é preciso que seja adotada uma medida rigorosa de controle aos países centrais, e políticas para diminuir a dependência da segurança nacional por parte dos países periféricos.

Por fim, é colocado que a indústria armamentista ultrapassa as definições de setor econômico, mas um dispositivo de poder que opera juntamente com o Estado, mercado e sociedade. Sob lógica neoliberal, as armas se tornam ferramentas tanto de controle como de repressão, enquanto insegurança é transformada em um produto rentável para o capitalismo. Para romper esta espiral viciosa, é fundamental repensar políticas de segurança e de defesa, o bem-estar coletivo sempre deve ser a prioridade em detrimento de interesses privados e militares.

Como apelo, sugere-se a realização de pesquisas que explorem mais o impacto da indústria bélica em pontos de vista diferentes, através dos direitos humanos, história ou meio ambiente, além de estudos comparativos para diferentes contextos e países. A desconstrução da cultura armamentista e a promoção de políticas de desarmamento são atitudes chave, para construir uma sociedade mais segura, justa, onde a vida seja valorizada acima do lucro.

Bibliografía

- AVIBRAS. Demonstrações financeiras 2019. São José dos Campos: Avibras, 2019. Disponível em: https://www.avibras.com.br/site/images/nossos_resultados2019.PDF Acesso em: 4 dez. 2024
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 2957, de 2024. Declara a desapropriação por utilidade pública da empresa Avibras Indústria Aeroespacial S/A, nos termos que especifica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2450048>. Acesso em: 24 set. 2024.
- Segundo, Iraci Pereira Conceição. Palestra sobre violência doméstica e a mulher no meio masculino. Paraná: Construindo Comunidades Livres da Violência Doméstica, 21 mar. 2024. Comunicação Oral.
- EMBRAER. Embraer divulga os resultados 2º trimestre de 2023. Embraer. São Paulo, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://embraer.com.br/pt/noticias?slug=1207249-embraer-divulga-os-resultados-2-trimestre-de-2023> Acesso em: 20 set. 2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 1953-1961: Dwight David “Ike” Eisenhower. Discurso de despedida de Eisenhower. Estados Unidos, 17 jan. 1961. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/president-dwight-d-eisenhowers-farewell-address> Acesso em: 5 fev. 2025
- Foucault, Michel. (2005). Em Defesa da Sociedade. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2008a). Segurança, território, população. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2008b). Nascimento da Biopolítica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (1987). Vigiar e Punir. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel. (1988). História da Sexualidade I: Vontade do Saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (1991). The Foucault Effect: Studies in Governmentality. Chicago: University of Chicago Press.
- G1. Embraer registra lucro de US\$ 164 milhões em 2023, melhor resultado em cinco anos. 18 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2024/03/18/embraer-registra-lucro-de-us-164-milhoes-em-2023-melhor-resultado-em-cinco-anos.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2024.

- GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. Global Burden of Armed Violence 2015: Every Body Counts. Genebra: Geneva Declaration Secretariat, 2015. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Crime-statistics/Global-Burden-of-Armed-Violence-full-report.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.
- Hobsbawm, Eric. (2007). Globalização, Democracia e Terrorismo. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2024. Sydney: IEP, 2024. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2024/06/GPI-2024-web.pdf> Acesso em: 5 fev. 2025.
- Lacerda, Lucas. Efeito de alta de armas de fogo em mortes violentas é de longo prazo, dizem especialistas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://parede.pcdomanual.com/https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/efeito-de-alta-de-armas-de-fogo-em-mortes-violentas-e-de-longo-prazo-dizem-especialistas.shtml> Acesso em: 21 set. 2024.
- Muggah, Robert. Stop Enabling Latin America's Gun Addiction. Instituto Igarapé, 12 ago. 2016. Disponível em: <https://igarape.org.br/stop-enabling-latin-americas-gun-addiction/> Acesso em: 12 fev. 2025.
- Millán, Mariano; Bonavera, Pablo. Minicurso sobre guerra e sociedade assim como história da guerra. Paraná: Jornadas Interdisciplinares de Estudos Sociais Latino-Americanos, 6 nov. 2024. Comunicação Oral.
- MONITOR. (2024). Cluster Munition Monitor 2024. Genebra: The Monitor, 2024
- NAÇÕES UNIDAS. Morte de civis em conflitos aumentaram 72% em 2023. Nova Iorque: Nações Unidas, 21 mai. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1832016> Acesso em: 24 set. 2024
- Rodríguez, Octavio (2009). O estruturalismo latino-americano. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Oliveira, Lucas Kerr. Aula ministrada sobre geopolítica e poder. Paraná: GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: TERRITÓRIO E PODER, 8 fev. 2025. Comunicação Oral.
- Pierre, A. (1986). The Global Politics of Arms Sales. Nova Jersey: Princeton University Press.
- POLÍCIA FEDERAL. Dados de registros de armas. Brasília: Polícia Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/dados-abertos/registros> Acesso em 25 set. 2024.
- REACHING CRITICAL WILL. Small arms and light weapons (SALW). Nova Iorque: Women's International League for Peace and Freedom, 2020. Disponível em: <https://www.reachingcriticalwill.org/resources/fact-sheets/critical-issues/5450-small-arms-and-light-weapons-salw>. Acesso em: 21 set. 2024.
- SCHROEDER, Matt; LAMB, Guy. The Illicit Arms Trade in Africa: A GLOBAL ENTERPRISE. African Analyst Quarterly. v.1, n. 1, p. 69-78, 2006.

- SMALL ARMS SURVEY. Global Violent Deaths. Geneva: Small Arms Survey, 2021. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/database/global-violent-deaths-gvd> Acesso em: 20 set. 2024.
- SMALL ARMS SURVEY. How are sex, firearms, and homicidal violence linked?. Geneva: Small Arms Survey, 2023. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/SAS-IG-2024-Gender-GVD-EN.pdf> Acesso em: 25 set. 2024.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. (2024). SIPRI Yearbook 2024: Armaments, Disarmament and International Security. Estocolmo: SIPRI, 2024.
- TAURUS. Relatórios das informações trimestrais 2024. São Leopoldo: Taurus, 2024. Disponível em: <https://ri.taurusarmas.com.br/listresultados.aspx?idCanal=NuDq/gHgGQN6JESr2zxREA==&linguagem=pt> Acesso em: 20 set. 2024
- UNICEF. Children recruited by armed forces or armed groups. s.l.: UNICEF, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/children-recruited-by-armed-forces>. Acesso em: 24 set. 2024.
- UNITED NATIONS OFFICE OF DRUGS AND CRIME. Executive Summary. Nova Iorque: UNODC, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/GSH23_ExSum.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.
- UNITED NATIONS. List of ATT Signatory States. Nova Iorque: United Nations, 2024. Disponível em: [https://thearmstradetreaty.org/hyper-images/file/List%20of%20ATT%20Signatory%20States%20\(17%20October%202024\)/List%20of%20ATT%20Signatory%20States%20\(17%20October%202024\).pdf](https://thearmstradetreaty.org/hyper-images/file/List%20of%20ATT%20Signatory%20States%20(17%20October%202024)/List%20of%20ATT%20Signatory%20States%20(17%20October%202024).pdf). Acesso em: 19 fev. 2025.
- UNITED NATIONS. Secretary-General Annual Report on Children and Armed Conflict. Nova Iorque: United Nations, 2022. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/document/secretary-general-annual-report-on-children-and-armed-conflict/>. Acesso em: 24 set. 2024.
- UNITED NATIONS MINE ACTION SERVICE. UNMAS increases efforts to reduce landmine accidents among children in Somalia. Nova Iorque: UNMAS, s.d. Disponível em: <https://unmas.org/en/news-unmas-increases-efforts-to-reduce-landmine-accidents-among-children-somalia>. Acesso em: 21 set. 2024.
- WOMEN'S INTERNATIONAL LEAGUE FOR PEACE AND FREEDOM. Submission from the Women's International League for Peace and Freedom to the Office of the High Commissioner for Human Rights on the impact of arms transfers on human rights. Geneva: WILPF, 2017.
- WOMEN'S INTERNATIONAL LEAGUE FOR PEACE AND FREEDOM. The Impact of Firearms on Women. Geneva: WILPF, 2016. Disponível em: <https://www.wilpf.org/the-impact-of-firearms-on-women/> Acesso em: 25 set. 2024



Encuentra el boletín completo en

<https://sehlac.org/amassuru-gensac-2025>